



Amazonino diz que não tem participação acionária em empreiteira alguma

Compra superfaturada

Manaus — Houve superfaturamento na compra de 13 geradores de energia elétrica por US\$ 29,8 milhões feita pela Companhia Energética do Amazonas (CEAM) na gestão do empresário Fernando Bomfim — o mesmo que acusou o governador Amazonino Mendes como dono da construtora Econcel.

A denúncia foi encaminhada ao procurador geral da Justiça do Amazonas no dia 20 de maio pelos deputados Joaquim Corado, Aedmar Marques, Eron Bezerra, Miguel Capobianco, Márcia Costa, Roberto Ruy, Sebastião Reis e Waldenor Cardoso. Opositores de Amazonino, eles pedem o cancelamento da licitação.

CRITÉRIOS

A denúncia de superfaturamento foi feita com base nos preços pagos pela CEAM, 363,6% acima dos preços de mercado. Os 13 geradores foram comprados da empresa Stewart & Stevenson ao preço unitário de US\$ 1.839,63 por KW, enquanto o preço pago em fevereiro passado pelo grupo Hermasa Navegação da Amazônia à empresa Wartisila Diesel foi de US\$ 505,93 por KW.

Os parlamentares questionam os critérios adotados pela CEAM para julgar a proposta da Stewart

como a mais vantajosa, visto que havia propostas mais baixas no mercado. Os deputados mostram, ainda, que a irregularidade da operação foi questionada pelo próprio Conselho de Administração da CEAM, em reunião realizada dia seis de novembro de 1996.

O empresário Fernando Bomfim, ex-presidente da CEAM, disse que a compra dos geradores foi feita por meio de concorrência pública, pela comissão de licitação da empresa. Ele sustenta que a empresa Wartisila Diesel não cobrou da CEAM os preços pagos pela Hermasa Navegação da Amazônia.

Bomfim disse ainda que os produtos oferecidos pela Wartisila "estavam totalmente fora das condições do edital da CEAM", e que, pela proposta da Wartisila, a CEAM estava sujeita a multas, caso houvesse atraso na entrega. Em sua defesa, Bomfim alega também que o governador Amazonino Mendes, antes de homologar o edital da licitação, pediu um parecer do advogado Jorge Rezende, que hoje ocupa um alto cargo na Procuradoria de Justiça do Estado. "O parecer atestou a legalidade da licitação", diz o ex-presidente da CEAM.